

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES DIRETORIA GERAL

PROTOCOLO

PROCESSO nº 029/97	de 03 de março de 1997
INTERESSADO: <u>Vereador MÁRIO GABARDO</u>	
LOCALIDADE: Bento Gonçalves	
ASSUNTO: "ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1	11 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL"
PROJETO-DE-LXXXXX <u>Emenda a Lei Orgânica nº0</u>	l de 03 de janeiro de 199 7
COMISSÕES DE: Constituição e Justiça	
ARQUIVADO EM:	
	woundes
	Secretário-Geral





Palácio 11 de Outubro

Exmo. Sr.

IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores NESTA

Os Vereadores quea esta subscrevem, de conformidade com o que dispõe o inciso I do Art.36 da Lei Orgânica Municipal e inciso I do Art.121 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vêm a presença de Vossa Excelência requerer seja recebido o presente Projeto, o qual"ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 11 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL", e dado seu devido e regular processamento.

Termos em que pede e espera deferimento.

Bento Gonçalves, 06 de janeiro de 1997.

Vereador

MARIO GABARDO

PMDB

Contract Imos and Roma Contract Roma Contrac

Addino Glainella.

MOD. CM-28





Palácio 11 de Outubro

PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA 01 DE 03 DE JANEIRO DE 1997.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 11 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara, e por decisão do plenário, resolve promulgar a seguinte Emenda a Lei Orgânica.

- Art. 19 O Art.11 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:
 - "Art.11 A Câmara Municipal de Vereadores reúne-se, independentemente de convocação, no dia 1º de março de cada ano, para abertura da sessão legislativa, funcionando, ordinariamente, até 31 de dezembro".
 - § 1º Durante o período Legislativo ordinário, a Câmara Municipal reúne-se, no mínimo, em uma sessão ordinária por semana.
 - § 2º A forma como será a posse, a instala ção, designação das Comissões Represen tativas e Permanentes, bem como a forma de juramento dos Vereadores, será definida no Regimento Interno.
- Art. 2º Esta Emenda a Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.





Palácio 11 de Outubro

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, desta Câmara Municipal, aos três dias do mês de janeiro de mil novecentos e noventa e sete.

Vereador ÊNIO DE PARIS Vice-Presidente

Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI Presidente

Vereador PAULO ROBERTO WUNSCH Vereadora VITORIA C.S.L BASTOS 2º Secretário

1º Secretário





Palácio 11 de Outubro

JUSTIFICATIVA

Nos termos da Constituição Federal de 1988, o sistema de elaboração da Legislação infra- constitucio nal deve obedecer uma hierarquia de normas, sob pena de serem consideradasinconstitucionais.

A resolução da Câmara de Vereadores é hierarquicamente inferior a Lei Orgânica Municipal sendo que, por conseguinte, se aquela for contrária ao disposto nesta, es taremos sob a possibilidade de ver declarada aquila inconstitucional.

A Câmara de Vereadores aprovou e a Mesa Diretora do Legislativo Municipal deste Município promulgou a resolução 06/96, de 10 de setembro de 1996, a qual Altera a Redação do Artigo 11, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, findando com o recesso parlamentar durante o mês de julho. Todavia a Lei Orgânica Municipal continuou com a mesma redação e com referido recesso.

A presente iniciativa visa somente vir a adaptar a Lei Orgânica Municipal à proposta que já recebeu a anuência desta Casa Legislativa.

Aprovando este projeto estaremos resolvendo a latente incostitucionalidade da Resolução nº 06/96, revigorando o extinto recesso parlamentar e validando as sessões ordinárias que vierem a ocorrer durante o mês de julho.

Sala das Sessões Fernando Ferrari, aos seis dias do mês de janeiro de mil novecentos e noventa e sete.

plous of

Ofintain Invitedo.

MOD. CM-28



dadas pelas Constituições Federal e Estadual :

XV - promover e executar programas de moradias populares;

XVI - conservar e proteger as águas superficiais e subterrâneas, em ação conjunta com o Estado, devendo estar previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município o zoneamento de áreas de preservação daqueles mananciais, utilizáveis para abastecimento às populações, sendo, no aproveitamento das águas superficiais e subterrâneas, considerado prioritário o abastecimento às populações, com programas permanentes de uso, conservação e proteção contra a poluição e super exploração.

Art. 9º - Ao Município é vedado:

- I instituir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça;
- II contrair empréstimo sem prévia autorização da Câmara Municipal;
- III estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança;
- IV criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de qualquer pessoa de direito público interno;
- V ceder servidores públicos municipais, inclusive professores, exceto para atender relevante interesse público e comunitário.

Parágrafo único - Nos casos previstos no inciso V, o Município poderá firmar convênios, mediante a aprovação da Câmara Municipal de Vereadores.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 10 O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, segundo o disposto nas legislações federal e estadual a respeito e funciona de acordo com o seu Regimento Interno.
- Art. 11 A Câmara Municipal de Vereadores reúne-se, independentemente de convocação, no dia 1º de março de cada ano, para abertura de sessão legislativa, funcionando ordinariamente até 30 de junho, e de 1º de agosto a 31 de dezembro.
- § 1º Durante o período legislativo ordinário, a Câmara Municipal reúne-se, no mínimo,em uma sessão ordinária por semana.
- § 2º A forma como será a posse, a instalação, designação das Comissões Representativas e Permanentes, bem como a forma de juramento dos Vereadores, será definida no Regimento Interno.
- Art. 12 No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com a do mandato dos Vereadores, a Câmara reúnese no dia 1º de janeiro para dar posse aos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, bem como eleger sua Mesa Diretora.

Parágrafo único - A Câmara Municipal de Vereadores reúne-se em sessão solene de instalação, independentemente de número, para a posse dos Vereadores e, estando presente a maioria absoluta destes, proceder-se-á a seguir à eleição da Mesa, individualmente, cargo a cargo, para o primeiro biênio.

- Art. 13 Ao Presidente da Mesa compete a Presidência da Câmara Municipal e, no seu exercício, representá-la judicial e extra judicialmente.
- Art. 14 A Mesa da Câmara será constituida de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro-Secretário e Segundo-Secretário, vedada a recondução para o mesmo cargo no período subseqüente.
- Art. 15 A Câmara funcionará em sua sede própria ou em outro local eventualmente designado, no caso de qualquer impedimento.

Parágrafo único - Por deliberação do





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Câmara Municipal de Bento Gonçalves Palácio 11 de Outubro

RESOLUÇÃO No 06/96, DE 10 DE SETEMBRO DE 1996.

ALTERA A REDAÇÃO DA LETRA A, DO ARTIGO 11, DO REGIMENTO IN-TERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara, e por decisão do Plenário, resolve baixar a seguinte RESOLUÇÃO:

- Art. 1. A letra a, do Artigo 11, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, passa a ter a seguinte redação:
- "a independente de convocação, no dia 01 de março de cada ano, para a abertura da sessão legislativa, funcionando ordinariamente até 31 de dezembro. "
- Esta Pacaluação entrará em vigor na data de cua nublica-

Ait	ção.	chirara chi vigor ne	a data de Sua puenea
Art	. 3 Revogam-se as	disposições em cor	ntrário.
SA novecentos e noventa e	,	aos dez dias do m	nês de setembro de mil
Vereador JUARES BA	OUEEI Ver	eadof ROBERTO	A. Caual. ANTÔNIO CAINELLI
Primeiro Seo	<i>I</i>	Presidente	arronio crundedi
Vereador ALTAIR FEI	RNANDES Ver	reador MÁRIQ GA	Sardo
Segundo Sec	1	Vice-Preside	ente
REGISTRE-SE PUBLIQUE-S	CAMARA VOREADORIIS	DI DECT JILVES	Certifico quo prosente
Secretário Seral	Reg. no Livro N.o 00/96	A RESOLUCIES	no dia // / 19 4/
MOD. CM-28	Secre	etaria Geral	





ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER № 026/97 PROCESSO № 029/97

O Sr. Presidente encaminha para exame e parecer desta AJU, projeto de EMENDA À LEI ORGÂNICA, de iniciativa do vereador Mário Gabardo da Bancado do PMDB.

A emenda está subscrita por 1/3 de vereadores segundo dispõe o artigo 36 - inciso I da Lei Orgânica.

Na legislatura passada, no ano de 1996, 0 Legis lativo aprovou Resolução que tomou o Nº 06/96, alterando o Regimento Interno e estabelecendo o período ordinário de 1º de março à 31 de dezembro. Foi retirado o recesso do mês de julho.

Oportunamente, a iniciativa do Vereador Mário Gabardo tem procedência, quando pretende alterar a Lei Orgânica no tocante ao mesmo assunto.

Assim, a emenda proposta é necessária; não ha vendo impedimentos de ordem jurídica para tramitação e votação da mesma.

A discussão e votação de emenda deverá ocorrer em dois turnos, com a presença de 2/3 dos Vereadores e será aprovada se obtiver 2/3 dos votos dos membros da Casa, nos dois turnos.

s.m.j. é o parecer.

PALÁCIO 11 DE OUTUBRO, 07 de março de 1997.

Bel CARLOS PERIZZOLO

Bel ULYSSES TOMAZINI

Bel. RABIO MARTINI





Palácio 11 de Outubro

DESPACHO

Em conformidade com o Artigo 99, do Regimento Interno desta Casa, determino o arquivamento do Processo nº029/97, de 03 de março de 1997, que "ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 11 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL".

Bento Gonçalves, 31 de dezembro de 1997.

Vereador/IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI,

Presidente.